

Conclusões

Olavo de Carvalho

Meu debate com o prof. Alexandre Dugin (<http://debateolavodugin.blogspot.com/2011/04/index-english.html>) está encerrado, só faltando as conclusões de parte a parte, as quais, sendo publicadas juntas, já escaparão ao jogo de réplicas e tréplicas que constitui propriamente o debate.

Tenho a consciência clara de que provei os meus pontos, enquanto meu adversário não provou absolutamente nada. Nem eu esperava que o fizesse. É da natureza do discurso ideológico tomar como premissas inquestionáveis as crenças e valores mesmos que busca defender, fechando-se portanto num raciocínio circular que exclui, *in limine*, a possibilidade da prova.

Diderot nunca provou nada, nem Jean-Jacques Rousseau, nem Karl Marx, nem Lênin, nem Adolf Hitler, nem Che Guevara.

O discurso do ideólogo não prova: dá ordens, camuflando-as, para não ofender os mais sensíveis, numa imitação de juízos de realidade.

A prova só é possível quando você desce do patamar semântico das discussões correntes, estufado de pressupostos ocultos e conotações nebulosas, desmembra tudo analiticamente em juízos explícitos e os confronta com os dados iniciais, universais e auto-evidentes, da existência humana.

A meditação filosófica consiste essencialmente em recuar das idéias e opiniões às experiências fundantes de todo conhecimento humano. Essas experiências são ao mesmo tempo universais e individuais: repetem-se mais ou menos iguais em todos os seres humanos, e se incorporam no fundo da alma de cada um deles como dados da sua intimidade mais profunda.

Refiro-me, por exemplo, à experiência da estrutura do espaço, que descrevi em duas notas de um blog hoje abandonado às traças, se há traças eletrônicas (v. "O filósofo mirim" e "Memórias de um brontossauro", em <http://www.olavodecarvalho.org/blog/>). Ou à experiência da continuidade do eu substancial, real, por baixo da mutabilidade dos estados psíquicos e da forma do corpo, bem como da inconstância do eu subjetivo, cartesiano. Expliquei isso extensamente no meu curso "A Consciência de Imortalidade", que, espero, circulará em forma de livro ainda este ano (v. o programa em http://www.olavodecarvalho.org/avisos/curso_out2010.html).

O discurso do agente político baseia-se inevitavelmente em convenções ou pseudo-consensos que têm de ser isolados de toda possibilidade de exame analítico para que o discurso alcance suas finalidades.

A meditação filosófica decompõe essas convenções, expondo as suas premissas implícitas e colocando estas últimas em julgamento no tribunal das experiências fundantes, medida máxima – ou única – do nosso senso de realidade.

O leitor que tiver a pachorra de comparar meus artigos de jornal com as explicações sobre o método filosófico que espalhei em livros, apostilas e cursos gravados, entenderá que esses artigos não são nunca “tomadas de posição”, mas exemplos – horrendamente compactos -- da aplicação do método filosófico à análise do discurso político corrente.

Que alguns leitores apressados tentem explicá-los como expressões de alguma “ideologia” minha só mostra que ignoram a condição básica da possibilidade de um discurso ideológico: a existência de um grupo social e político ao qual o falante esteja vinculado por laços orgânicos de compromisso e participação. Como essa condição, no meu caso, não se cumpre nem mesmo em sonhos, isto é, como esse grupo não existe, meus catalogadores ideológicos se vêem obrigados a inventá-lo, nomeando-me representante do governo israelense, ou do “Opus Dei”, ou do “Tea Party”, ou de qualquer outra entidade com a qual só mantenho relações de total ignorância mútua. O prof. Duguin, nesse ponto, superou todas as minhas expectativas deprimentes, classificando-me como porta-voz do globalismo ocidental, que abomino, ou pelo menos da sua “ala conservadora”, que para mim não se distingue em nada da sua contrária.

Passando por cima dessas lances de teatro que denotam no meu contendor uma certa insegurança, eu desejaria somente acrescentar ao que já foi dito algumas notas de índole histórica que, espero, serão úteis para a compreensão do assunto em debate.

Em matéria de teorias da conspiração, o prof. Alexandre Duguin é algo como uma autoridade. Não somente escreveu um livro a respeito – abrangendo invasões de marcianos, templos subterrâneos e até uma casta de répteis governantes --, mas também se notabilizou, se não como inventor, ao menos como bem sucedido propagandista de uma delas, certamente a mais presunçosa de todas.

Presunçosa não só no alcance de seu alegado poder explicativo, que abrange nada menos que toda a história humana, mas também nos efeitos político-militares que aspira a desencadear: a aliança da Rússia com a China e os países islâmicos, além de parte da Europa Ocidental,

numa guerra total contra os EUA e Israel, seguida da instauração de uma ditadura mundial.

O prof. Duguin não é um sonhador, um poeta macabro a criar hecatombes imaginárias num porão escuro infestado de ratos. É o mentor do governo Putin e o cérebro por trás da política externa russa. Suas idéias desde há muito já deixaram de ser meras especulações. Uma de suas encarnações materiais é a Organização de Cooperação de Shangai, que reúne Rússia, China, Cazaquistão, Quirziguistão, Tajiquistão e Uzbequistão e pretende ser o centro de uma reestruturação do poder militar mundial.¹ Outra é o eixo Paris-Berlim-Moscou, há anos a menina-dos-olhos da diplomacia russa.²

A teoria da “guerra dos continentes” foi criada por um geógrafo inglês na passagem do século XIX para o XX, sob o impacto de um dos episódios mais interessantes da época: a luta da Inglaterra contra a Alemanha e a Rússia pelo domínio da Ásia Central. O “Grande Jogo”, como o chamou Rudyard Kipling, foi uma história rocambolesca, que envolveu, além de militares e diplomatas, todo um elenco de espiões, políticos comprados, ladrões, contrabandistas, chefetes de tribos, seitas secretas, místicos visionários, feiticeiros, marajás corruptos, cortesãs sedutoras e um exército de homens de ciência: geógrafos, lingüistas, botânicos, zoólogos e etnólogos.³ Na ocasião, o que o governo de Londres mais temia era que uma aliança entre Rússia e Alemanha cravasse as garras naquela área tão cobiçada por suas riquezas naturais e sua posição estratégica, pondo em risco a segurança do Império Britânico. A disputa arrastou-se por décadas, ora com vantagem para um lado, ora para o outro, desembocando, por fim, na I Guerra Mundial.

Em 25 de janeiro de 1904, o geógrafo e cientista político Halford J. Mackinder (1861-1947) apresentou à Royal Geographic Society de Londres a tese de que a Ásia Central era o “pivô da História” e de que nas décadas seguintes a Rússia estava em posição mais que vantajosa para expandir seu poder com base naquela área.⁴

¹ V. meu artigo “Sugestão aos bem-pensantes: Internem-se”, *Diário do Comércio* (São Paulo), 30 de janeiro de 2006, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060130dc.htm>.

² V. Jean Parvulesco, *Vladimir Poutine et l'Eurasie*.

³ V. Peter Hopkirk, *The Great Game. The Struggle for Empire in Central Asia*, New York, Kodansha, 1994, e Karl Mayer and Shareen Blair Brysac, *Tournament of Shadows. The Great Game and the Race for Empire in Central Asia*, Washington D.C., Counterpoint, 1999.

⁴ Halford J. Mackinder, “The geographical pivot of History”, *The Geographical Journal*, N° 4, April, 2004, Vol. XXIII, pp. 421-444.



Halford J. Mackinder

Sem nenhuma pretensão de criar uma teoria geral da História ou de postular um determinismo geográfico à Buckle, antes reconhecendo que tudo o que podia fazer era especular “alguns aspectos” dos condicionantes geográficos do processo histórico, Mackinder enfatizava que a Geografia impunha limites precisos à iniciativa humana, favorecendo umas ações e dificultando outras.

Especialmente favorecida tinha sido, pela configuração geográfica das estepes russas, a ação das hordas nômades que, vindas do fundo da Ásia, por ali passaram a cavalo para invadir a Europa Ocidental.⁵ As conseqüências disso tinham sido portentosas: “Um tipo repulsivo pode desempenhar uma função social útil ao unir seus inimigos: foi sob a pressão do barbarismo externo que a Europa criou sua civilização.”⁶

“Por mil anos, povos cavaleiros emergiram da Ásia através dos amplos intervalos entre os Montes Urais e o Mar Cáspio, cavalgaram através dos espaços abertos do Sul da Rússia e vieram atacar a Hungria, no coração mesmo da península européia, formando, pela necessidade de lhes opor resistência, a história de cada um dos grandes povos em torno – russos, alemães, franceses, italianos e gregos bizantinos.”

O que virou a sorte a favor dos europeus foram dois fatores. Primeiro, as limitações intrínsecas do potencial de ataque dos bárbaros:

“Que [a invasão bárbara] estimulasse uma saudável e poderosa reação, em vez de esmagar toda oposição sob um amplamente disseminado despotismo, foi devido ao fato de que

⁵ “Embora salpicada de manchas desérticas, é no conjunto uma terra de estepes, fornecendo pastagens amplas, ainda que com freqüência escassas, e na qual não há poucos oásis alimentados pelos rios mas é totalmente impenetrável a águas vindas do oceano. Em outras palavras, temos nessa imensa área todas as condições para a manutenção de uma esparsa, mas, no conjunto, considerável população de nômados montados em cavalos ou camelos.” (P. 429.)

⁶ *Op. cit.*, p. 423.

a mobilidade do seu poder estava condicionada pelas estepes, e cessava necessariamente nas florestas e montanhas circundantes.”⁷

Segundo, a evolução da técnica marítima, que inaugurou a era das grandes navegações:

“O importantíssimo resultado da descoberta do via para as Índias através do Cabo foi conectar as navegações ocidental e oriental da Euro-Ásia... e assim neutralizar em alguma medida a vantagem estratégica da posição central dos nômades da estepe, pressionando-os pela retaguarda. A revolução iniciada pelos grandes marinheiros da geração de Colombo dotou a Cristandade da mais ampla mobilidade de poder...”

“O efeito político amplo foi inverter as relações da Europa e da Ásia, pois, enquanto na Idade Média a Europa estava enjaulada entre o intransponível deserto ao sul, um oceano desconhecido a oeste, e imensidões geladas ou florestais ao norte e nordeste, e no leste e no sudeste era constantemente ameaçada pela mobilidade superior de homens montados em cavalos ou camelos, ela agora emergia sobre o mundo, multiplicando em mais de trinta vezes a superfície dos mares e as terras costeiras a que tinha acesso.”⁸

Mas isso não acarretou o fim do poder terrestre. Se este se concentrou a leste, enquanto o Ocidente desenvolvia mais o poder marítimo, não foi só pela diversidade das condições geográficas, mas por uma diferença de culturas:

“Foi provavelmente uma das mais espantosas coincidências da História que as expansões marítima e terrestre da Europa continuassem, de algum modo, a antiga oposição entre romanos e gregos. Poucos fracassos maiores tiveram conseqüências de mais longo alcance que o fracasso de Roma em latinizar os gregos. Os teutônicos foram civilizados e cristianizados pelos romanos, os eslavos, na maioria, pelos gregos. Foi o romano-teutônico que, em tempos posteriores, embarcou no oceano; foi o greco-eslavo que cavalgou nas estepes, conquistando os turanianos. Assim, o moderno poder terrestre difere do poder marítimo não menos na fonte dos seus ideais do que nas condições materiais da sua mobilidade.”

⁷ P. 427.

⁸ Pp. 432-433.

Se a era das grandes navegações havia favorecido a Europa, a evolução da técnica em tempos mais recentes indicava uma retomada de vigor do poder terrestre, portanto da Euro-Ásia:

"Uma geração atrás, o vapor e o canal de Suez pareceram ter aumentado a mobilidade do poder marítimo em relação ao poder terrestre. As ferrovias funcionavam principalmente como alimentadoras do comércio oceânico. Mas as ferrovias transcontinentais estão agora transmutando as condições do poder terrestre, e em parte alguma elas podem ter esse efeito como no centro fechado da Euro-Ásia, em vastas áreas onde nem madeira nem pedra são acessíveis para a construção de rodovias... O exército russo na Manchúria é uma prova tão significativa da mobilidade do poder terrestre quanto o exército britânico na África do Sul o foi do poder marítimo..."

Tudo favorecia, a médio prazo, a hegemonia da Rússia:

"Os espaços dentro do Império Russo e da Mongólia são tão vastos, e suas potencialidades em população, trigo, algodão, combustíveis e metais tão incalculavelmente grandes, que é inevitável que um vasto mundo econômico, mais ou menos à parte, se desenvolverá ali, inacessível ao comércio oceânico."

Aí vinha a generalização decisiva, que fez a fama de Mackinder:

"Quando consideramos essa rápida revisão das correntes mais amplas da História, não se torna evidente uma certa persistência da relação geográfica? Não será a região pivotal da política mundial aquela vasta área da Euro-Ásia que é inacessível aos navios, mas que na Antigüidade esteve aberta aos nômades cavaleiros, e que hoje está em vias de ser coberta por uma rede ferroviária?... A Rússia substitui o Império Mongol. Sua pressão sobre a Finlândia, a Escandinávia, a Polônia, a Turquia, a Pérsia, a Índia e a China substitui os ataques centrífugos dos homens da estepe. Ela pode atacar e ser atacada por todos os lados, salvo o Norte. O pleno desenvolvimento do seu sistema ferroviário é apenas questão de tempo."

E a previsão que viria ser tão influente sobre a política internacional no século XX:

"O desequilíbrio da balança de poder em favor do Estado pivotal, resultando na sua expansão sobre as terras marginais da Euro-Ásia, permitiria o uso dos vastos recursos continentais para a construção de uma frota marítima, e então o Império

mundial estaria à vista. Isso pode acontecer caso a Alemanha se alie à Rússia. A ameaça dessa eventualidade deve, portanto, atrair a França para uma aliança com os poderes marítimos, e a França, a Itália, o Egito, a Índia e a Coréia se tornariam outras tantas cabeças-de-ponte por onde as marinhas de fora dariam apoio a exércitos para compelir os aliados do pivô a posicionar forças de terra e impedi-los de concentrar toda a sua força em frotas... O desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul pode ter uma influência decisiva sobre o sistema, Pode fortalecer os Estados Unidos."

São bem visíveis, no comunicado de Mackinder, os seguintes traços:

1) Ele não propõe nenhuma teoria geral da História, exceto a regra metodológica, de resto óbvia, de que "o balanço efetivo de poder, em qualquer momento do tempo, é o produto, por um lado, das condições geográficas, tanto econômicas quanto estratégicas, e, por outro, do número relativo, da virilidade, do equipamento e organização dos povos em competição".⁹

2) As generalizações que ele apresenta são bastante prudentes e limitam-se a um período determinado, acessível à verificação histórica: aquele que começa com as primeiras invasões bárbaras e culmina na época do "Grande Jogo".

3) Ele não traça nenhum plano de dominação mundial, insistindo, ao contrário, no equilíbrio entre as forças relativas das várias potências – a "balança de poder". Descrevendo o potencial de crescimento da Rússia, ele em nenhum momento sugere obstaculizá-lo ou frustrá-lo, mas apenas tomar as providências para que o poder terrestre incomparável do Império Russo não se transfigure também em poder marítimo dominante, pois então "estará à vista o Império mundial".

Prudente, racional e equilibrada em cada um dos seus passos, a exposição de Mackinder tornou-se o modelo do que poderia vir a ser uma "geopolítica" com justas pretensões de estudo científico.

Seus sucessores, no entanto, viriam a transformá-la em coisa bem diferente.

Mackinder, é claro, descrevia o quadro desde o ponto de vista de uma "potência marítima". Sua teoria, no entanto, foi entusiasticamente adotada pelo lado adversário, apenas com sinal invertido, e logo se tornou um dos fundamentos da nova ciência, ou pseudociência, da "geopolítica". O nome foi cunhado pelo cientista

⁹ P. 437.

político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), discípulo do geógrafo alemão Friedrich Ratzel, um amigo de Darwin e Haeckel e criador da concepção racial do Estado. Um dos primeiros a reformar a teoria de Mackinder conforme a perspectiva “terrestre”, no entanto, foi o general alemão Karl Haushofer, que, segundo várias fontes, foi discípulo do taumaturgo armênio Georges Ivanovitch Gurdjieff e fundador da sociedade secreta Vril, que acreditava numa civilização de homens superiores existente no centro da Terra. Segundo o depoimento do respeitado físico Willy Ley, que fugiu da Alemanha em 1933, a Vril, fundada às vésperas da subida dos nazistas ao poder, proclamava ter conhecimentos secretos que permitiriam melhorar a raça alemã até torná-la idêntica aos homens subterrâneos. O nome da organização foi inspirado no romance de Edward Bulwer-Lytton, *The Coming Race* (1871), onde a palavra “vril” significava uma energia sutil, longinquamente análoga ao *Chi* da cosmologia tradicional chinesa e ao *Hara* dos japoneses, capaz de conferir poderes extraordinários a quem conseguisse despertá-la mediante práticas ascéticas.

Quando Adolf Hitler estava na cadeia com seu colaborador Rudolf Hess, Haushofer, que tinha sido professor de Hess, visitou os dois várias vezes e lhes transmitiu, se não os ensinamentos da Vril, ao menos os rudimentos da sua própria doutrina geopolítica, cuja influência transparece bem claramente em *Mein Kampf*.

As origens dessa doutrina remontam à estada de Haushofer no Japão, onde ele pôde constatar a eficácia dos projetos internacionais do governo local, em comparação com o fracasso retumbante dos projetos imperialistas do Kaiser Guilherme II.

Na época, o governo do primeiro-ministro Príncipe Katsura mantinha a população em permanente estado de alerta, advertindo, em vastas campanhas de propaganda, para o risco iminente de destruição da economia japonesa caso não fossem atacados com vigor estes dois problemas estreitamente interligados:

1. Cercado de países com população muito maior, o Japão logo estaria fora de páreo se o número de japoneses não aumentasse em 40 milhões, alcançando a taxa de cem milhões.

2. Era impossível espremer cem milhões de pessoas no exíguo território japonês.

A conclusão óbvia, que logo foi aceita por toda a população, era que o país precisava ampliar seu território mediante uma ousada política de conquistas.

Refazendo as contas, Haushofer notou que, se a primeira premissa era uma conjectura razoável, a segunda era uma mentira patente: a

densidade populacional do Japão era menor que a da Alemanha e o território japonês poderia abrigar mais 40 milhões de habitantes sem nenhum inconveniente. A política proposta pelo governo Katsura não emanava de nenhuma necessidade objetiva, mas de uma escolha, de um ato de vontade. O Japão não precisava dos territórios estrangeiros: apenas queria porque queria tornar-se uma potência imperialista.

No entanto, em vez de sentir-se decepcionado com essa política, foi aí que Haushofer se entusiasmou com ela e teve a idéia de adotá-la como modelo da política alemã: se o governo japonês conseguia a adesão entusiástica da população a seus projetos imperialistas mediante um sistema de mentiras e meias verdades baseadas em dados geográficos bem arranjados para esse fim, por que o governo alemão não poderia fazer o mesmo?¹⁰

Mentir para o povo, no entanto, não devia implicar que o governo se enganasse a si mesmo. Um sério estudo da geografia política e econômica, bem articulado à consideração estratégica objetiva das possibilidades de expansão imperialista, deveria preparar o terreno para a unificação da vontade nacional sob o impacto de uma forte campanha de propaganda.

Foi a essa síntese de geografia, estratégia, engodo e propaganda que ele deu o nome de "geopolítica". Ao longo das suas obras e da intensa ação pedagógica que Haushofer veio a exercer sobre intelectuais, políticos e militares alemães, no entanto, nem sempre os três elementos da "geopolítica" permaneceram distintos e racionalmente articulados.

¹⁰ V. Andreas Dorpalen, *The World of General Haushofer. Geopolitics in Action*, Port Washington (NY), Kennikat, 1942, pp. 7-13.



Karl Haushofer (esq.) com Rudolf Hess.

A teoria da “guerra dos continentes” foi também adotada por nacionalistas russos, como o eminente lingüista Nicolay Trubetskoy, e ao longo das décadas veio sofrendo modificações e acréscimos até adquirir sua forma atual pelas mãos do prof. Alexandre Duguin.

Duguin dá a Mackinder o crédito nada desprezível de haver “compreendido as leis objetivas precisas da história política, geográfica e econômica da humanidade”,¹¹ uma honra que antes dele fora atribuída a Montesquieu, a Hegel, a Giambattista Vico, a Auguste Comte, a Herbert Spencer (de parceria com Charles Darwin) e a Karl Marx, embora as “leis objetivas” de cada um fossem bem diferentes das dos outros.

A teoria Mackinder-Duguin tem, decerto, o mérito da simplicidade: tudo na História reduz-se a uma disputa de poder entre as potências que dominam o mar e as que reinam sobre grandes extensões de terra. Daí nascem as culturas, leis, instituições, costumes, valores, símbolos e até religiões. *So simple as that*. É mesmo o caso de perguntar “Por que não me avisaram antes?”

Não posso jurar que Mackinder, um puro geógrafo e estrategista sem grandes ambições filosóficas, aprovaria a transfiguração da “guerra dos continentes” no duelo metafísico de titãs descrito por Alexandre Duguin. Esclarecer isso exigiria algum tempo que não posso conceder ao assunto agora. Por via das dúvidas, uso a expressão “teoria Mackinder-Duguin” para distingui-la da teoria Mackinder originária. A teoria duguiniana não poderia também ir muito longe no

¹¹ Alexandre Douguine, *La Grande Guerre des Continents*, Paris, Avatar Éditions, 2006, p. 12.

seu impulso generalizante partindo somente das idéias de Mackinder. Para elaborá-la Duguin cavou em outras fontes, especialmente os ensinamentos de Helena Petrovna Blavatski (1831-1891)¹² e de Alice Bailey (1880-1949).

Para Duguin, o conflito não se resume a uma luta entre Estados, mas assume as proporções de uma guerra entre duas cosmovisões, dois sistemas de valores opostos e inconciliáveis que conservam suas identidades respectivas ao longo das eras e vão como que se reencarnando, desde os tempos mais remotos, em sucessivos agentes históricos – Estados e nações –, os quais nem sempre têm a consciência de ser movidos, como sombras chinesas na parede, por esses super-agentes invisíveis e onipotentes: o “atlantismo” e o “eurasismo”:

“Na História antiga, as potências ‘marítimas’ que se transformaram nos símbolos históricos da ‘civilização marítima’ em seu conjunto, foram a Fenícia e Cartago. O Império terrestre que se opunha a Cartago era Roma. As guerras púnicas formam a imagem mais pura da oposição entre a ‘civilização marítima’ e a ‘civilização terrestre’. Na época moderna e na História recente, o pólo ‘insular’ e ‘marítimo’ tornou-se a Inglaterra, ‘senhora dos mares’, e, mais tarde, a ilha-continente gigante, a América. A Inglaterra, exatamente como a antiga Fenícia, utilizou em primeiro lugar como instrumento de dominação o comércio marítimo e a colonização das regiões costeiras. O tipo geopolítico fenício-anglo-saxão engendrou um modelo particular de civilização ‘de mercado, capitalista-mercantil’, fundada sobretudo nos princípios do liberalismo econômico. Em consequência, e a despeito de todas as variações históricas possíveis, o tipo geral da civilização ‘marítima’ está sempre ligado ao ‘primado do econômico sobre o político’.

“Assim como, face ao modelo fenício, Roma representava um exemplo de estrutura autoritária-guerreira fundada sobre uma dominação administrativa e sobre uma religião civil, sobre o ‘primado do político sobre o econômico’, Roma é o exemplo de um tipo de colonização puramente continental, não-marítima, mas terrestre, com uma penetração profunda no continente e a assimilação dos povos subjugados, invariavelmente

¹² V. Helena P. Blavatski, *Isis Unveiled*, London, J. W. Bouton, 1877, e *The Secret Doctrine*, London, Theosophical Publishing House, 1888. V. ainda René Guénon, *Le Théosophisme, Histoire d’une Pseudo-Religion*, Paris, 1921.

*'romanizados' após as conquistas. Na História moderna, as encarnações da potência 'terrestre' foram o Império Russo e também os impérios da Áustria-Hungria e da Alemanha da Europa Central. A 'Rússia/Alemanha/Áustria-Hungria' é o símbolo essencial da 'terra geopolítica' na História moderna."*¹³

Duguin insiste na unidade e continuidade essenciais e milenares, tanto do conflito quanto dos dois adversários considerados separadamente:

*"Generalizando as idéias de Mackinder, pode-se dizer que existe uma 'conspiração dos atlantistas', que é histórica e persegue através dos séculos objetivos geopolíticos orientados aos interesses de uma 'civilização marítima' de tipo neofenício."*¹⁴

A teoria insere-se, claramente, na tradição kantiana dos condicionantes apriorísticos que, por cima do horizonte das consciências individuais, demarcam o quadro das percepções e ações humanas, dirigindo ocultamente o curso dos acontecimentos:

*"Estamos lidando, portanto, com uma 'conspiração oculta' das mais antigas, cuja significação e cuja causa metafísica intrínseca permanecem, com frequência, completamente obscuras para seus participantes de base e mesmo para suas figuras principais."*¹⁵

As idéias de Mackinder, limitadas à perspectiva britânica, não poderiam alcançar esse nível de generalidade antes de ser complementadas pela sua versão oposta, "oriental" e "terrestre". Duguin informa-nos que essa fusão aconteceu durante "os freqüentes encontros dos eurasistas russos com Karl Haushofer em Praga", e que por volta de 1920 estava pronta a estratégia eurasista geral que enfatizava a necessidade da aliança geopolítica entre a Rússia, a Alemanha e o Japão – aliança que, justamente, a astúcia da política britânica vinha conseguindo frustrar desde meados do século anterior. Mediante a formulação da nova estratégia, prossegue Duguin, os eurasistas e Haushofer, "pela primeira vez, exprimiram aquilo que se encontrava por trás de toda a história política do último milênio, tendo remontado aos rastros da 'idéia imperial romana' que, desde a antiga Roma, através de Bizâncio, se havia transmitido à Rússia, e, através

¹³ Alexandre Douguine, *op. cit.*, pp. 13-14.

¹⁴ Alexandre Douguine, *op. cit.*, pp. 16-17.

¹⁵ *Loc. cit.*

do Sacro Império Romano-Germânico medieval, à Áustria-Hungria e à Alemanha.”¹⁶

A oposição milenar entre os dois blocos não era somente geopolítica, mas ideológica e cultural:

“Face ao atlantismo, que personifica o primado do individualismo, do ‘liberalismo econômico’ e da ‘democracia de tipo protestante’, ergue-se o ‘eurasismo’, que pressupõe necessariamente o autoritarismo, a hierarquia e o estabelecimento de princípios nacional-etáticos ‘comunitários’ acima das preocupações simplesmente humanas, individualistas e econômicas.”¹⁷

A luta dos dois blocos atravessa os milênios por meio de duas redes de agentes misteriosos que dirigem invisivelmente o curso dos acontecimentos. Do lado atlantista,

“podemos definir como ‘ideologia atlantista’ a ideologia da ‘Nova Cartago’ – aquela que é comum a todos os ‘agentes de influência’, a todas as organizações secretas e ocultas, a todas as lojas e clubes semifechados que serviam e servem à idéia anglo-saxônica no século XX e penetram a rede de todas as potências ‘eurasianas’ continentais. Naturalmente, isso concerne em primeiro lugar aos serviços de informação ingleses e americanos (em particular a CIA), que não são somente ‘sentinelas do capitalismo’, mas também sentinelas do ‘atlantismo’... que trabalham não somente pelos interesses de cada país separado, mas também por uma doutrina geopolítica particular, metafísica no fim das contas, que veicula uma visão do mundo extremamente densa, diversificada e extensa, e não obstante essencialmente uniforme.”¹⁸

Pelo lado eurasiânico,

“todos os que trabalharam incansavelmente pela união eurasiânica, aqueles que durante os séculos se opuseram à propagação, no continente, das idéias individualistas, igualitárias e democrático-liberais,... aqueles que aspiraram a unir os grandes povos eurasiáticos na atmosfera do Oriente, em vez de fazê-lo na do Ocidente – seja o Oriente de Gengis Khan, o Oriente da Rússia ou o Oriente da Alemanha --, foram todos ‘agentes eurasiáticos’,

¹⁶ *Op. cit.*, p. 18.

¹⁷ *Op. cit.*, p. 14.

¹⁸ *Op. cit.*, p. 15.

os 'soldados do continente' ou 'soldados da Terra'. A sociedade secreta eurasiática, a Ordem dos eurasiáticos, não começa de maneira alguma com os autores do manifesto Voltando-nos para o Oriente, nem com a Revista de Geopolítica de Haushofer. Isso foi, para dizê-lo em breves palavras, apenas a revelação, o resultado de um conhecimento determinado que existia desde o começo dos tempos, ao mesmo tempo que suas sociedades secretas e redes associadas de 'agentes de influência.'"¹⁹

Que todas ou praticamente todas as guerras da História não passam de capítulos da guerra única e interminável entre atlantistas e eurasiáticos, que esta constitui portanto a explicação última de todas as glórias e padecimentos humanos, é algo sobre o qual Duguin não deixa o menor sinal de dúvida:

"A Ordem da Eurásia contra a Ordem do Atlântico (a Atlântida); a Roma eterna contra a eterna Cartago. A guerra púnica oculta prosseguia ao longo dos milênios. A conspiração planetária da Terra contra o Mar, da Terra contra a Água, do Autoritarismo e da Idéia contra a Democracia e a Matéria. Os paradoxos, as contradições, as omissões e as fantasias sem fim da nossa História não se tornam mais claros, mais lógicos e mais razoáveis, se os encaramos desde a perspectiva de um dualismo geopolítico oculto?"²⁰

Mais ainda: o dualismo geopolítico não traz apenas a explicação causal de tantos males e sofrimentos, mas a sua definitiva justificação moral:

"As inumeráveis vítimas, pelas quais a Humanidade paga em nosso século o preço de projetos políticos mal definidos, não recebem nesse caso uma profunda justificação metafísica?"²¹

Os trechos citados até agora bastam para pôr à mostra um traço eminente do estilo do prof. Duguin, que, por ser puramente gráfico, a tradução não encobre: é o uso alternado de certas expressões entre aspas atenuantes e sem elas, denotando o livre trânsito, ou melhor, a confusão, entre sentido figurado e literal.

¹⁹ *Op. cit.*, p. 19. Não sei a data de lançamento do manifesto a que Duguin se refere, mas o primeiro número da *Revista de Geopolítica (Zeitschrift für Geopolitik)* de Haushofer saiu em janeiro de 1924.

²⁰ *Loc. cit.*

²¹ *Loc. cit.*

Assim, por exemplo, a Ordem Eurasiana ora aparece como uma figura de linguagem destinada a agrupar numa unidade hipotética “todos os que trabalharam incansavelmente pela união eurasiática” (*sic*) ainda que sem ter a menor idéia de que serviam a alguma organização secreta, ora designa a organização mesma como entidade histórica concreta com uma data de fundação, hierarquias, regras, juramentos, ritos iniciáticos, etc.

Isso introduz na mente do leitor uma dupla confusão. De um lado, mistura numa pasta indistinta a pesquisa histórica e a “teoria da conspiração”. De outro, viola a advertência clássica de Georg Jellinek, já citada na minha segunda mensagem ao debate com o prof. Duguin, de que os processos históricos não podem ser explicados segundo os mesmos critérios quando nascem de uma ação planejada e controlada, e quando resultam de uma pura convergência acidental das ações de vários agentes separados e inconexos. No primeiro caso, o nexos racional antecede a ação, no segundo é projetado sobre ela, *ex post facto*, pela imaginação do historiador. O grau de certeza nos dois casos é muito diferente.²²

A dupla confusão permite ao prof. Duguin montar concepções pseudo-históricas infectadas até à medula pelos três traços típicos da mentalidade revolucionária -- a inversão do tempo, a inversão de sujeito e objeto e a inversão da responsabilidade moral -- reduzindo o valor científico das suas especulações, rigorosamente, a nada, ao mesmo tempo que robustece a sua força de apelo à imaginação da massa militante, sobre a qual a confusão mesma exerce o fascínio de um mito soreliano.

Para enxergar isso com clareza máxima, deve-se partir da constatação histórica de que uma “grande guerra dos continentes” jamais aconteceu. Se houve algumas guerras de potências “marítimas” contra potências “terrestres”, houve outras tantas das marítimas entre si e das terrestres umas com as outras -- e precisamente estas duas últimas estiveram entre as mais notáveis e devastadoras de todos os tempos. As guerras napoleônicas e a invasão da Rússia por Adolf Hitler são exemplos que falam por si.

Jamais, em ponto algum da História, encontramos uma aliança geral dos “eurasianos” contra a confederação dos “atlantistas”. No máximo, conflitos locais entre os dois blocos, entremeados de conflitos igualmente significativos dentro de cada bloco (supondo-se, *ad*

²² Aqui uso o mesmo recurso das aspas, mas com propósito inverso: quando o termo vem entre aspas, designa o que o professor Duguin parece entender por ele; sem aspas, o que eu próprio entendo.

argumentandum, que sejam blocos). A “grande guerra dos continentes” não é um capítulo da História: é um objetivo futuro, um plano concebido pelo prof. Duguin e seus antecessores para ser realizado nas próximas décadas, opondo, de um lado, a Rússia, a China e os países islâmicos e, de outro, os EUA e seus aliados.

É tomando esse ideal futuro como premissa para a interpretação do passado que o prof. Duguin realiza a mágica de fazer passar uma típica e demencial “teoria da conspiração” como hipótese histórica respeitável.

Para esse fim, ele tem de diluir todas as fronteiras entre grupos ideológicos bem caracterizados – nazistas e comunistas, por exemplo – e remanejar seus membros um a um, alistando-os à força nas tropas secretas do “atlantismo” ou do “eurasismo” e atribuindo-lhes, não raro, intenções inconscientes que não condizem em nada com seus propósitos declarados e com o curso visível de suas ações.

Exemplo. Como a Alemanha e a Rússia estão definidas de antemão como “potências terrestres”, portanto aliadas naturais contra o “atlantismo”, a luta mortal entre as duas no curso da II Guerra Mundial tem de ser atribuída à ação de “agentes britânicos infiltrados” que fizeram a cabeça de Hitler e Stálin, tão ingênuos, coitados, e os induziram ao conflito fratricida em vez de irmaná-los na luta contra o inimigo comum.²³ O que aconteceu na primeira metade do século XX é assim explicado em função daquilo que o prof. Duguin acha que teria sido melhor para a consecução de seus planos para o século XXI.

Ele destaca, entre os agentes britânicos no Alto Comando alemão, o almirante Canaris, “traidor do Reich”²⁴, como um dos responsáveis maiores por voltar a Alemanha contra a Rússia em vez de uni-las contra a Inglaterra. Durante décadas Hitler havia prometido “esmagar o bolchevismo”, fazendo disso um dos objetivos declarados do regime nazista. Uma vez no poder, desencadeou uma feroz perseguição aos comunistas, ao mesmo tempo que preparava o ataque à URSS com grande antecedência. Mas tudo isso, para o prof. Duguin, não significa nada. Foi tudo culpa de um “agente britânico”.

Do mesmo modo, a I Guerra Mundial, quando a Rússia se aliou às “potências atlantistas” contra as suas “aliadas naturais”, Alemanha e Áustria-Hungria, resultou da ação de atlantistas infiltrados entre os patriotas eslavófilos, que convenceram o czar de que a identidade racial russa era mais decisiva, estrategicamente, do que a unidade territorial entre etnias diferentes (hipótese que, imagina Duguin, teria

²³ *Op. cit.*, p. 25.

²⁴ *Loc. cit.*

levado a uma aliança com a Alemanha). Idêntica manobra teriam praticado os agentes atlantistas na Alemanha na década de 30, ludibriando os pobres nazistas para que acreditassem na identidade de “Sangue e Solo” em vez de perceber que era preciso optar entre uma coisa e a outra.

Assim, os maiores acontecimentos da História real do século XX não passaram de ilusões. A verdadeira História é a narrativa ideal do prof. Duguin, que eles encobriram maldosamente.

Para que a hipótese de uma “guerra dos continentes” tivesse alguma viabilidade histórica, seria preciso provar, no mínimo, que as guerras entre potências terrestres e marítimas foram mais freqüentes, ou tiveram conseqüências mais portentosas do que outras guerras, sobretudo as travadas entre as potências terrestres entre si, ou entre as marítimas. Mas dificilmente se encontrarão na História russa guerras mais vastas e férteis de conseqüências do que as invasões da Rússia pela França e pela Alemanha – duas potências terrestres, segundo Haushofer e Duguin – ou do que a guerra entre a Rússia e o Japão, também potência terrestre segundo os mesmos autores.

Se a mera existência de uma “guerra dos continentes” é uma hipótese que se desfaz em fumo, mais quimérico ainda seria tentar provar a existência de conspirações permanentes por trás dela, para não falar da existência, ao longo dos milênios, de organizações secretas empenhadas nisso – uma “Ordem Atlantista” contra uma “Ordem Eurasiana”. O prof. Duguin esquiva-se de um confronto com essa questão mediante o uso alternado dos termos entre aspas ou sem aspas, denotando ora uma mera figura de linguagem ora a presunção da existência concreta das organizações mencionadas. Assim, ele está livre para raciocinar como se as organizações existissem realmente, tirando daí as conclusões mais ousadas, bem como, se espremido contra a parede com uma exigência de provas concretas, safar-se da dificuldade alegando que os nomes das organizações eram apenas figuras de linguagem usadas para designar a convergência espontânea e impremeditada das ações de “todos os que se esforçaram” pela causa atlantista ou eurásiana, mesmo que imaginassem estar fazendo coisa totalmente diversa (lutando por meros interesses nacionais, por dinheiro ou pela difusão da fé, por exemplo). A confusão entre a unidade antecipada de um plano e a unidade retroativa do relato histórico é aí mais que evidente.

Pela sua própria confusão, a idéia “eurásiana” paira no ar como uma nuvem claro-escuro, fascinando a platéia com a força de um discurso poético-retórico adornado de um falso brilho científico.

A maior prova de que ela não serve como conceito científico é a própria descrição do bloco eurasiático atual, tal como aparece nos pronunciamentos do prof. Duguin. Esse bloco compreende, segundo ele, essencialmente a Rússia, a China e os países islâmicos. Permito-me citar aqui o que escrevi a respeito meses atrás:

“Os três agentes principais do processo globalizante, como vimos em artigo anterior, não são espécies do mesmo gênero: um é um grupo de governos, o outro uma comunidade internacional de bilionários, o terceiro uma cultura religiosa sem fronteiras, espalhada mesmo em território inimigo.

“Só o primeiro pode ser descrito nos termos usuais da geopolítica, mas, na medida em que o projeto do Império Russo se amplia em ‘Império Eurasiático’, toda tentativa de defini-lo geopoliticamente esbarra em obstáculos intransponíveis. Uma vez que o domínio eurasiático abrange também o Islam, chega a ser cômico que o grande estrategista russo Alexandre Duguin apresente a disputa de poder no mundo como uma luta entre ‘impérios terrestres’ e ‘impérios marítimos’, classificando a ‘Eurásia’ entre os primeiros e os EUA no segundo grupo. De um lado, o Islam, após ocupar com grande facilidade os seus territórios circunvizinhos, alcançou projeção mundial sobretudo como potência marítima. Já na segunda metade do século IX – escreve Paolo Tauber no seu magnífico estudo sobre *Espansionismo Islamico Ieri e Oggi* – ‘todas as grandes vias marítimas eram controladas de fato pelos muçulmanos: do Estreito de Gibraltar até o Mar da China, dos portos do Egito que se comunicam com o Mar Vermelho até os da Síria.’ Quanto à própria Rússia (então URSS), seu poder no século XX baseou-se menos na força dos seus exércitos que na presença ativa do Partido Comunista e do serviço secreto soviético em todas as nações e continentes. Nada houve de ‘terrestre’ na expansão tentacular do Kremlin na África ou na América Latina. Não posso crer que os soldados de Nikita Kruchev tenham trazido a pé os mísseis que instalaram em Cuba em 1962. O combate entre a Terra e o Mar não vale nem como símbolo, já que um símbolo só funciona quando traz embutida, sinteticamente, uma multidão de fatos reais, não de ficções. O Império Eurasiático não é um símbolo, é um mito soreliano – o que é o mesmo que dizer: uma imensa cenoura-de-burro, uma geringonça hipnótica concebida para colocar milhões de idiotas no encalço de um futuro que não será jamais o que promete.

“Se a missão do intelectual em tempos obscuros é dar nome aos bois, exorcizar as palavras ocas e trocar os *slogans* estupefacientes por uma representação exata do estado de coisas, os ‘eurasiáticos’ falham miseravelmente em cumprir seu dever. Só o que podem alegar como atenuante é que os estrategistas dos dois outros blocos

globalizantes também se notabilizam menos pelo realismo do que pela capacidade prodigiosa de encobrir o mundo sob a imagem projetiva de seus respectivos interesses.”²⁵

²⁵ “Geringonça hipnótica”, *Diário do Comércio* (São Paulo), 7 de março de 2011, <http://www.olavodecarvalho.org/semana/110307dc.html>.